

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2019

(Do Sr. RONALDO CARLETTO)

Solicita o encaminhamento, ao Ministro de Estado da Economia, do requerimento de informações por escrito que especifica.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Ex^a., com base no art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro da Economia, no sentido de esclarecer esta Casa quanto aos resultados práticos das deliberações adotadas pelo Comitê de Governança Institucional do Ministério da Economia em reuniões realizadas nos dias 21 de março de 2019 e 3 de abril de 2019, no que diz respeito à estrutura da Secretaria da Receita Federal do Brasil, especialmente quanto: (i) unidades de atendimento da Receita Federal com previsão de fechamento; (ii) justificativa para extinção das referidas unidades; (iii) atos normativos editados pelo aludido Comitê ou pelo Ministério da Economia em decorrências das reuniões abrangidas pelo presente requerimento.

JUSTIFICAÇÃO

Embora haja consenso quanto à existência de órgãos governamentais no âmbito da administração pública federal com estrutura excessivamente avantajada, em relação às quais se justifica a redefinição de seu papel e a realocação dos recursos excedentes, tanto em relação aos de ordem material quanto no que diz respeito ao pessoal encarregado da respectiva gestão, não parece ser o caso da Receita Federal. São frequentes e

notórias as notícias sobre perda de recursos públicos por falta de fiscalização e de prejuízos sem conta decorrentes de sonegação fiscal.

Em contexto desta natureza, é preciso que haja pelo menos uma reflexão mais aprofundada quando o Estado abre mão da presença do órgão em localidades de interesse estratégico para sua atuação. Parece ser este o veredicto aplicável ao Município de Eunápolis, na Bahia, uma das unidades que seriam, pelo que se noticia, alvejadas pela reestruturação em curso no âmbito do órgão arrecadador federal. Trata-se de localidade onde se situa indústria de relevância fundamental para a economia do Estado, razão pela qual, pelo que se noticia, chegam a mais de dois mil por mês os atendimentos efetivados na unidade que seria abrangida pelas mudanças em curso.

Para verificar a procedência desta e de outras medidas semelhantes, assim como para avaliar seus fundamentos, é imprescindível que esta Casa exerça a função fiscalizadora que lhe é atribuída pelo ordenamento constitucional.

Sala das Sessões, em de de 2019.

Deputado RONALDO CARLETTO